



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA - SEAP

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 02/2024

TARDE

AGENTE PENITENCIÁRIO

NÍVEL MÉDIO TIPO 4 – AZUL



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **80 (oitenta)** questões objetivas e **1 (uma)** redação, você receberá do fiscal de sala o cartão de respostas e a folha de texto definitivo;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta;
- A redação deverá ser redigida em até **30 (trinta)** linhas.



TEMPO

- Você dispõe de **5 (cinco) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e a folha de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e da folha de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas e na folha de textos definitivos;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas e em sua folha de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas e da folha de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e na folha de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

Conhecimentos Gerais

Língua Portuguesa

1

A opção que mostra um fragmento narrativo cujo começo ocorre pelo desenlace ou resultado, é:

- (A) O legista examinou o cadáver na areia da praia e verificou que ele havia sido morto com dois tiros. O policial presente ao exame perguntou se havia muito tempo que a vítima estava morta e a resposta foi de que era fato relativamente recente. O policial começou, então, a perguntar aos barraqueiros se alguém havia visto algo e um deles declarou que tinha havido uma discussão entre frequentadores no início da manhã.
- (B) O passageiro do trem aproximou-se da porta do vagão e começou a olhar a paisagem. Parecia um pouco distante até que o trem parou numa das estações e ele saiu apressado, com as mãos alisando o paletó.
- (C) A situação estava calma, com os times preparando-se para o jogo e os técnicos dando as últimas instruções. O público, não muito numeroso, começou a sentar-se nas arquibancadas até que surgiu a notícia da morte do jogador num acidente de carro. Foi um tumulto.
- (D) O guia preveniu os participantes da excursão de que havia perigo de punquistas na plataforma de embarque. Assim, todos ficaram alertas, mas uma senhora começou a gritar repentinamente de que havia sido assaltada e os próprios turistas começaram a investigar a coisa.
- (E) Um grupo de moleques estava assaltando pedestres em Copacabana, principalmente idosos. A polícia começou a recolher imagens desses assaltos nas câmeras dos prédios e, em poucos dias, os assaltos diminuíram muito.

2

Observe o seguinte texto descritivo:

“Estava sentado no sofá da sala lendo o jornal do dia e pensando no que tinha de fazer. Ouvei um barulho no quintal e aproximei-me da janela. O vento forte estava derrubando algumas coisas, que rodopiavam e mexiam com a roupa no varal, que se enroscava no arame”.

Nos textos descritivos, como este, aparecem segmentos que “preparam” a futura descrição. No caso deste texto, o segmento preparativo é:

- (A) “Estava sentado no sofá da sala”.
- (B) “...lendo o jornal do dia”.
- (C) “...pensando no que tinha de fazer”.
- (D) “Ouvei um barulho no quintal...”.
- (E) “...aproximei-me da janela”.

3

A frase abaixo que apresenta adjetivos de valor semântico oposto (antônimos), é:

- (A) Os jovens brasileiros são semelhantes aos jovens americanos.
- (B) As lágrimas dos velhos são tão terríveis como as das crianças são naturais.
- (C) Eu não sou rico. Eu sou um pobre homem com dinheiro, o que não é a mesma coisa.
- (D) Somente a riqueza faz o avarento ser pobre.
- (E) A mãe corajosa não admite filho covarde.

4

Leia a frase abaixo com atenção:

“Quantas lindas árvores deram sua vida para que o escândalo do dia pudesse chegar sem atraso a um milhão de leitores”.

É **inadequado** afirmar sobre seu significado ou estruturação que

- (A) as árvores são humanizadas na frase por meio do emprego da expressão “deram sua vida”.
- (B) a expressão “dar a vida” é uma forma mais branda para o verbo “morrer”.
- (C) a frase alude implicitamente ao método de fabricação de papel por meio da madeira.
- (D) a atividade da imprensa é vista como extremamente importante para o autor da frase.
- (E) a qualidade do jornalismo indicada na frase é a rapidez na divulgação de notícias.

5

Assinale a frase em que o vocábulo *apenas* mostra valor depreciativo.

- (A) Para o sábio, basta apenas uma palavra.
- (B) Mil pensamentos juntos não têm o peso de apenas um pensamento isolado.
- (C) Um soco apenas foi o suficiente para nocautear o opositor.
- (D) Os convidados trouxeram de presente para o aniversariante apenas um jogo de tabuleiro.
- (E) Apenas um dia de temporal e a cidade ficou inundada.

6

Leia a frase abaixo com atenção: “Por que, quando você lava roupas justas elas ficam mais justas, / mas quando lava as largas elas ficam mais largas?”

Sobre seu significado ou estruturação é correto afirmar que

- (A) a pergunta feita na frase não tem resposta possível.
- (B) os dois segmentos que compõem a frase mostram uma relação de causa e consequência.
- (C) o segundo segmento da frase que compõe a pergunta não omite alguns termos por elipse.
- (D) a resposta a essa pergunta deve conter referência a diferentes sistemas de lavagem de roupas.
- (E) por tratar-se de uma pergunta, a forma do interrogativo inicial deveria ser “Porque” e não “Por que”.

7

Todas as frases abaixo mostram comparações.

Assinale a única opção em que a comparação está explicada.

- (A) A alma humana é como a nuvem. Está sempre em movimento e mudando.
- (B) A única maneira de se viver é aceitar cada minuto como um milagre que não se repete.
- (C) A mosca é como um termômetro da higiene.
- (D) Cada ave, com as asas estendidas, é como um livro de duas folhas aberto no céu.
- (E) Um ninho é como uma fruta misteriosa que canta.

8

Em todas as frases abaixo há palavras repetidas sublinhadas; a opção em que essas palavras mostram o mesmo significado, é:

- (A) Mais vale um galo no terreiro do que dois galos na testa.
- (B) Um mau começo leva a um mau final.
- (C) Só as grandes creanças proporcionam grandes emoções.
- (D) Quem nunca perdeu a cabeça, não tinha cabeça para tanto.
- (E) Todo homem é um animal, mas ele é mais animal que os demais.

9

Em todas as frases abaixo há duplicidade de adjetivos; a opção em que tais adjetivos são redundantes, ou seja, dizem a mesma coisa, é:

- (A) Ser sábio e prudente é comer o mingau pelas beiradas.
- (B) Não há nada mais surreal e alheio a qualquer representação do que a nossa própria realidade.
- (C) Casa, comida e diamantes – isso é essencial, o resto é supérfluo e desnecessário.
- (D) A idade está na cabeça. Cada vez mais encontro idosos inteiros e bem-humorados.
- (E) O homem é um animal ridículo e desprezível.

10

A oração adversativa abaixo que estabelece entre os segmentos indicados uma relação de real oposição, é:

- (A) O destino embaralha as cartas, mas somos nós que jogamos.
- (B) Morrerei como pobre, mas vivi como nobre.
- (C) A ostra pode não ser um modelo de beleza, mas é sempre uma esperança de pérola.
- (D) Ensina-se temperança aos cães, mas não se pode ensiná-la aos homens.
- (E) Disco voador é objeto que ninguém identifica, mas que todo mundo fotografa.

Raciocínio Lógico Matemático

11

Seja A o conjunto dos números inteiros e positivos maiores que 10 e menores que 50 tais que, ao serem divididos por 3, deixam resto 1. Seja B o conjunto dos números inteiros e positivos maiores que 12 e menores que 51 tais que, ao serem divididos por 5, deixam resto 4.

A quantidade de elementos do conjunto formado pelos números que pertencem simultaneamente aos conjuntos A e B é

- (A) 1.
- (B) 2.
- (C) 3.
- (D) 4.
- (E) 5.

12

Sejam p , q e r proposições simples e \bar{p} , \bar{q} e \bar{r} , suas respectivas negações.

A proposição composta $(\bar{p} \vee q) \wedge (\bar{p} \vee r)$ é equivalente a

- (A) $\bar{p} \vee (q \wedge r)$.
- (B) $\bar{p} \wedge (q \vee r)$.
- (C) $\bar{p} \vee (\bar{q} \wedge \bar{r})$.
- (D) $\bar{p} \wedge (\bar{q} \wedge \bar{r})$.
- (E) $p \wedge q \wedge r$.

13

Um total de 96 bombons será repartido entre 3 irmãs em quantidades proporcionais a 4, 5 e 7.

Comparada àquela que recebeu a menor quantidade, a irmã que recebeu a maior quantidade terá

- (A) 6 bombons a mais.
- (B) 12 bombons a mais.
- (C) 15 bombons a mais
- (D) 16 bombons a mais.
- (E) 18 bombons a mais.

14

Mauro e Cláudia colecionam figurinhas. Juntos, eles têm, ao todo, 150 figurinhas. Mauro dá a Cláudia 3 de suas figurinhas. Dessa forma, ele passa a ter 10 figurinhas a mais do que ela.

Antes de dar as 3 para Cláudia, Mauro tinha uma quantidade de figurinhas

- (A) menor que 80.
- (B) entre 80 e 84.
- (C) entre 84 e 88.
- (D) entre 88 e 92.
- (E) maior que 92.

15

A média aritmética de 5 números positivos distintos é 18,4. O menor deles é acrescido de 6 unidades e o maior, reduzido de 2 unidades.

Calculando-se a média dos 5 números após essas modificações, encontra-se

- (A) 14,4.
- (B) 17,6.
- (C) 18,8.
- (D) 19,2.
- (E) 22,4.

Noções de Informática

16

Dada a necessidade de reforço das medidas de segurança contra incêndios nos estabelecimentos penitenciários sob a jurisdição da SEAP/BA, seu setor de compras realizou um levantamento referente a preços de extintores de incêndio, além de suas demandas internas em quantidade e custo total por tipo de extintor.

Esse levantamento gerou a planilha de Excel (integrantes da suíte Microsoft 365, versão portuguesa), apresentada a seguir:

	A	B	C	D
1	Descrição do extintor	Valor Unitário	Quantidade	Valor Total
2	Extintor de água (tipo A)	R\$ 89,00	3	R\$ 267,00
3	Extintor de água pressurizada (AP)	R\$ 98,00	1	R\$ 98,00
4	Extintor de dióxido de carbono (CO2)	R\$ 298,00	4	R\$ 1.192,00
5	Extintor de espuma mecânica (AB)	R\$ 250,00	2	R\$ 500,00
6	Extintor de pó químico ABC	R\$ 120,00	5	R\$ 600,00
7	Extintor de pó químico especializado (classe D)	R\$ 1.895,00	2	R\$ 3.790,00
8	Extintor de pó químico especializado (classe K)	R\$ 690,00	1	R\$ 690,00
9	Extintor de pó químico seco (classe ABC)	R\$ 147,00	8	R\$ 1.176,00

As colunas B e D estão formatadas com o tipo "Moeda". A coluna A está formatada como "Texto" e a coluna C, como "Geral".

Ao analisar a planilha, é possível afirmar que a aplicação da fórmula

- (A) =MÁXIMO(D2:D9) resulta no valor R\$ 1.895,00.
 (B) =MÉDIA(D2:D9) resulta no valor R\$ 1.149,43.
 (C) =MÍNIMO(B2:B9) resulta no valor R\$ 98,00.
 (D) =SOMAPRODUTO(B2:B9;C2:C9) resulta no valor R\$ 7.137,00.
 (E) =SOMASE(C2:C9;">3";D2:D9) resulta no valor R\$ 2.968,00.

17

Alguns jornais noticiaram recentemente um ataque cibernético que restringiu o acesso ao sistema carcerário da prisão de Bernalillo, nos Estados Unidos.

As notícias descrevem um ataque cibernético de *ransomware*, um tipo de *malware*, que desativou as portas automáticas e as câmeras de segurança do sistema prisional do centro de detenção de Bernalillo, nos Estados Unidos.

A forma de ataque característica de um *ransomware* é a de

- (A) codificar os dados do usuário, exigindo pagamento para liberação da chave de acesso.
 (B) direcionar a um site falso, que reproduz um serviço legítimo, com o objetivo de obter dados sigilosos.
 (C) gerar um grande volume de dados, com o objetivo de produzir formas de ataque de negação de serviço (DoS – *Denial of Service*).
 (D) produzir uma grande quantidade de e-mails para endereços encontrados no computador atacado.
 (E) produzir ataques a outras máquinas a partir da máquina infectada pelo malware.

18

Um usuário decidiu adquirir um computador com uma série de características. Uma delas é a de que o equipamento disponha de ao menos um disco do tipo "drive de estado sólido" (do inglês SSD – *Solid State Drive*).

Uma característica inerente a discos SSD é a de

- (A) conter uma única trilha espiral, espiralando do centro para a borda do disco.
 (B) empregar uma técnica conhecida como gravação em serpentina.
 (C) estruturar-se como um conjunto de sete níveis físicos, operados como um único.
 (D) possuir um ou mais pratos circulares cobertos por material magnetizável.
 (E) utilizar memória flash para o armazenamento de dados.

19

Uma personal trainer muito conhecida pela qualidade técnica de suas aulas e rigor profissional, depois de 15 anos de profissão, decidiu finalmente render-se às redes sociais: criou um perfil no Instagram para divulgar o seu trabalho com vídeos de treinos que ela mesma realiza. Porém, em um primeiro momento, manteve a conta privada, a fim de controlar quem a seguia.

Certa vez, um de seus amigos, utilizando o aplicativo, notou que ela publicou um vídeo com duração de um minuto de um de seus treinos em seu *feed*. Imaginou que, já que possui muitos seguidores, conseguiria dar maior visibilidade ao ótimo trabalho da amiga se o compartilhasse de alguma forma em sua conta.

A fim de que ele consiga divulgar o trabalho da amiga, o amigo deve

- (A) compartilhar diretamente o vídeo nos *stories* dele, mencionando-a.
 (B) converter a publicação do *feed* da amiga em um *reel* da sua conta com a ferramenta Live Studio.
 (C) permitir o recompartilhamento das publicações, se a amiga tornar a própria conta pública.
 (D) publicar o vídeo da amiga no Marketplace do Instagram com o auxílio da ferramenta Grok.
 (E) requisitar que a amiga compartilhe o vídeo nos *stories* dela e o mencione, permitindo o recompartilhamento.

20

Ao navegar na Internet, um usuário recebeu uma mensagem no navegador internet, questionando-o sobre a aceitação parcial, total, ou rejeição de *cookies*.

O usuário responderá ao questionamento sabendo que *cookies*

- (A) adequam os servidores de busca padrão na internet, bem como as ferramentas de inteligência artificial generativa.
 (B) configuram as portas de comunicação por meio de *hotspot* móvel.
 (C) contêm informações de compatibilidade sobre o protocolo IMEI trocadas pelo servidor e o cliente web.
 (D) mantêm localmente no cliente informações sobre a navegação, melhorando a experiência de navegação.
 (E) sincronizam diretamente dados e aplicações por meio do mecanismo de busca do navegador.

Legislação Estadual

21

A Lei Estadual nº 12.209/2011 dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração direta e das entidades da Administração indireta, regidas pelo regime de direito público, do Estado da Bahia. De acordo com a legislação de regência, quando o processo administrativo envolver matéria de repercussão geral ou interesse público relevante, o órgão competente poderá, mediante despacho motivado, antes da decisão final, promover consulta pública para manifestação de terceiros, cujo resultado integrará a instrução do processo.

Nesse cenário, é **incorreto** afirmar que

- (A) caberá à autoridade que presidir a audiência pública selecionar as pessoas que serão ouvidas, divulgar a lista dos habilitados, determinando a ordem dos trabalhos e fixando o tempo que cada um disporá para se manifestar.
- (B) a consulta pública será objeto de divulgação pelos meios oficiais, a fim de que terceiros possam ter vista do processo na repartição, fixando-se prazo para oferecimento de manifestações escritas.
- (C) a participação na consulta pública confere ao terceiro a condição de interessado no processo, além de lhe garantir o direito de obter da Administração resposta fundamentada.
- (D) a consulta pública poderá implicar a realização de audiência pública para debates sobre a matéria do processo.
- (E) os trabalhos da audiência pública serão registrados e juntados aos autos do processo.

22

Considerando as disposições do Estatuto do Servidor Público do Estado da Bahia sobre o direito de petição, analise as afirmativas a seguir:

- I. O direito de requerer prescreve em cinco anos, quanto aos atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou de disponibilidade ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes da relação funcional.
- II. O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição, recomeçando a correr, por inteiro no dia em que cessar a causa interruptiva.
- III. O prazo de prescrição será contado da data da publicação do ato impugnado ou da ciência, pelo servidor, quando não for publicado.
- IV. A prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada pela administração.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) II, III e IV, apenas.

23

Segundo as disposições do Estatuto do Servidor Público do Estado da Bahia, analise as afirmativas a seguir:

- I. Reintegração é o retorno do aposentado por invalidez, quando os motivos determinantes da aposentadoria forem declarados insubsistentes por junta médica oficial.
- II. Recondição é o retorno do servidor estável, sem direito à indenização, ao cargo anteriormente ocupado, dentro da mesma carreira, em decorrência de reintegração do anterior ocupante.
- III. Readaptação é o cometimento ao servidor de novas atribuições, compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, comprovada por junta médica oficial, garantida a remuneração do cargo de que é titular.
- IV. Remoção é a elevação do servidor ocupante de cargo de provimento permanente, dentro da categoria funcional a que pertence, pelos critérios de merecimento e antiguidade.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e IV, apenas.
- (E) II e III, apenas.

24

Em razão de despesas com instalação, João, Caio e Maria, servidores públicos no Estado da Bahia, postularam o recebimento de verba indenizatória consistente em ajuda de custo. Registre-se que João se afastou da sua sede funcional em virtude de mandato eletivo. Caio, por sua vez, foi removido a pedido. Por derradeiro, Maria passou a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio, no interesse do serviço.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei Estadual nº 6.677/1994 (Estatuto do Servidor Público do Estado da Bahia), é correto afirmar que

- (A) Caio possui, em tese, direito ao recebimento da ajuda de custo, benefício não extensível aos servidores João e Maria.
- (B) João e Caio possuem, em tese, direito ao recebimento da ajuda de custo, benefício não extensível à servidora Maria.
- (C) Maria possui, em tese, direito ao recebimento da ajuda de custo, benefício não extensível aos servidores João e Caio.
- (D) João e Maria possuem, em tese, direito ao recebimento da ajuda de custo, benefício não extensível ao servidor João.
- (E) João, Caio e Maria possuem, em tese, direito ao recebimento da ajuda de custo.

25

João, servidor público no Estado da Bahia, foi informado, pelo seu superior hierárquico, que integrará duas comissões de processos administrativos. Em assim sendo, ao analisar os feitos, João verificou que tem inimidade notória com o postulante do primeiro processo, além de possuir interesse direto na segunda relação processual.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei Estadual nº 12.209/2011, é correto afirmar que a

- (A) inimidade notória de João com o postulante do primeiro processo administrativo e o interesse direto do servidor público no segundo processo administrativo não são caracterizadoras de impedimento ou suspeição.
- (B) inimidade notória de João com o postulante do primeiro processo administrativo é hipótese de impedimento. Por sua vez, o interesse direto do servidor público no segundo processo administrativo enseja a sua suspeição.
- (C) inimidade notória de João com o postulante do primeiro processo administrativo é hipótese de suspeição. Por sua vez, o interesse direto do servidor público no segundo processo administrativo enseja o seu impedimento.
- (D) inimidade notória de João com o postulante do primeiro processo administrativo e o interesse direto do servidor público no segundo processo administrativo são hipóteses de impedimento.
- (E) inimidade notória de João com o postulante do primeiro processo administrativo e o interesse direto do servidor público no segundo processo administrativo são hipóteses de suspeição.

Promoção da Igualdade Racial e de Gênero

26

A Lei nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023 alterou a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial).

Sobre essa temática, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () O crime de injúria racial é espécie do gênero racismo. Portanto, é imprescritível, conforme o artigo 5º, XLII, da Constituição.
- () Na hipótese de o crime de racismo ser cometido no contexto de atividades esportivas, religiosas, artísticas ou culturais destinadas ao público, verifica-se a causa de aumento de pena.
- () Os crimes de racismo terão as penas aumentadas, quando ocorrerem em contexto ou com intuito de descontração, diversão ou recreação.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) F – F – V.
- (C) F – F – F.
- (D) V – V – F.
- (E) V – F – V.

27

A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher foi promulgada pelo Decreto nº 4.377/2002.

Sobre este tratado internacional de direitos humanos, assinale a alternativa correta.

- (A) Discriminação contra a mulher significa toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no gênero e que aponte a importância da identidade biológica para o exercício das funções sociais.
- (B) E dever do Estado em reconhecer que o cuidado dos filhos é exclusivo das mulheres, cujo exercício da maternidade deve ser pleno no melhor interesse da criança.
- (C) Caberá aos Estados-Partes reconhecer à mulher casada, a necessidade de anuência do marido para as práticas dos atos da vida civil, em especial para firmar contratos e administrar bens.
- (D) O Brasil assumiu o dever de se abster de incorrer em todo ato ou prática de discriminação contra a mulher e zelar para que as autoridades e instituições públicas atuem em conformidade com esta obrigação.
- (E) As mulheres têm direitos iguais aos dos homens para conservar sua nacionalidade, contudo, na hipótese de casamento com um estrangeiro, deverá prevalecer a nacionalidade de seu marido.

28

Recentemente, Maria da Penha, mulher que dá nome a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, retornou a ser notícia, pois precisou ser inserida no programa de proteção de defensores de direitos humanos, em decorrência de ameaças de morte, que vem sofrendo, o que denota a importância do debate público sobre a violência de gênero.

Sobre a mencionada legislação, assinale a afirmativa correta.

- (A) O nome da ofendida ficará sob sigilo nos processos em que se apuram crimes praticados no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher.
- (B) Para os efeitos da Lei Maria da Penha, não configura violência doméstica e familiar contra a mulher, quando praticada em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor tenha convivido com a ofendida, mesmo sem coabitação.
- (C) A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á exclusivamente por medidas adotadas pela União e Estados.
- (D) As medidas protetivas de urgência deverão ser concedidas após a audiência das partes e prévia manifestação do Ministério Público, sendo válida após a intimação das partes.
- (E) No atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá promover o registro de ocorrência, cabendo somente à ofendida, por meios próprios, promover a retirada de seus pertences do local da ocorrência.

29

O artigo 3º da Constituição Federal dispõe sobre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

Nesse contexto, analise os itens a seguir:

- I. Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- II. Erradicar a pobreza e a marginalização.
- III. Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- IV. Garantir o desenvolvimento do Estado liberal.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

30

A Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 institui o Estatuto da Igualdade Racial.

Sobre essa normativa, assinale a alternativa correta.

- (A) Discriminação racial ou étnico-racial é sinônimo de desigualdade racial, uma vez que ambas configuram toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica.
- (B) A participação da população negra, em condição de igualdade de oportunidade, depende exclusivamente do esforço pessoal do indivíduo integrante do referido grupo.
- (C) É dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade.
- (D) Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, é facultativo o estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil.
- (E) Os remanescentes das comunidades dos quilombos devem propor a respectiva ação para garantir a preservação de seus costumes, sob pena de prescrição de seu direito.

Conhecimentos Específicos

Noções de Direito Constitucional

31

Em observância às formalidades constitucionais, o Presidente da República decretou o estado de defesa, após ouvir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional. O fato ganhou grande repercussão na imprensa nacional, que publicou inúmeras matérias versando sobre os direitos que podem e que não podem ser restringidos com a adoção da medida.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, **não** poderá ser restringido, durante o estado de defesa, o

- (A) direito de reunião, ainda que exercida no seio das associações.
- (B) direito ao sigilo de comunicação telegráfica.
- (C) direito ao sigilo de comunicação telefônica.
- (D) direito à comunicabilidade do preso.
- (E) direito ao sigilo de correspondência.

32

João, após encontrar com Matheus, amigo de infância, tomou conhecimento de que ele teria se tornado membro de uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, e que está incumbida de promover privativamente a ação penal pública, na forma da lei, além de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que Matheus é um membro

- (A) da Defensoria Pública.
- (B) do Ministério Público.
- (C) da Advocacia Pública.
- (D) do Poder Judiciário.
- (E) da Advocacia.

33

Considerando a normativa sobre os remédios constitucionais, analise as afirmativas a seguir:

- I. Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- II. Conceder-se-á *habeas corpus* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público e para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.
- III. Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
- IV. Conceder-se-á *habeas data* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e IV, apenas.

34

João, policial penal no Estado da Bahia, participou de um curso de aperfeiçoamento versando sobre Direito Constitucional. Em uma das aulas, Matheus, especialista na matéria, tratou de um determinado princípio que rege a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que Matheus, em sua abordagem, tratou do princípio

- (A) da construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- (B) do valor social do trabalho e da livre iniciativa.
- (C) da solução pacífica dos conflitos.
- (D) do pluralismo político.
- (E) da cidadania.

35

De acordo com a Constituição Federal, ao tratar dos direitos e deveres individuais e coletivos, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Considerando as disposições da Constituição Federal sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, é **incorreto** afirmar que

- (A) ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.
- (B) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigida prévia autorização da autoridade competente.
- (C) é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
- (D) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.
- (E) é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

36

Logo após completar 18 (dezoito) anos de idade, Lucas, em conversa com a sua família, manifestou o desejo de se candidatar a um determinado cargo eletivo, em relação ao qual preenche todas as condições de elegibilidade, inclusive no que se refere à idade mínima.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que Lucas pretende se candidatar ao cargo de

- (A) Presidente da República.
- (B) Governador de Estado.
- (C) Deputado Estadual.
- (D) Vereador.
- (E) Prefeito.

37

João, candidato ao cargo de Governador do Estado Alfa, prometeu, em sua campanha eleitoral, legislar sobre direito penitenciário. Após ser eleito ao cargo eletivo, o agente político buscou, junto à sua equipe jurídica, informações sobre a viabilidade de se legislar sobre a matéria, cumprindo o que fora prometido.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que o Estado Alfa

- (A) poderá legislar sobre direito penitenciário de forma subsidiária, desde que inexistir legislação em âmbito federal sobre a matéria.
- (B) não poderá legislar sobre direito penitenciário, por se tratar de matéria sujeita à competência legislativa privativa da União Federal.
- (C) não poderá legislar sobre direito penitenciário, por se tratar de matéria sujeita à competência legislativa privativa dos Municípios.
- (D) poderá legislar sobre direito penitenciário, por se tratar de matéria sujeita à competência legislativa privativa dos Estados.
- (E) poderá legislar sobre direito penitenciário, por se tratar de matéria sujeita à competência legislativa concorrente.

38

A Constituição Federal prevê que a segurança pública, além de um dever do Estado, é direito e responsabilidade de todos, sendo exercida, por diversos órgãos públicos, visando à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é **incorreto** afirmar que

- (A) a polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, dentre outras atribuições, a exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.
- (B) a polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.
- (C) às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais.
- (D) às polícias militares incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, inclusive as militares.
- (E) aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbem a execução de atividades de defesa civil.

39

Após decretar a intervenção federal no Estado Alfa, em observância às formalidades constitucionais, o Presidente da República pretende apresentar uma proposta de emenda à Constituição Federal, com o objetivo de lidar com a crise existente no referido ente federativo.

Nesse cenário, é correto afirmar que a Constituição Federal

- (A) poderá ser emendada na vigência da intervenção federal no Estado Alfa, mas as alterações ao texto constitucional somente produzirão efeito após cessados os motivos da intervenção.
- (B) poderá ser emendada na vigência da intervenção federal no Estado Alfa, sendo certo que o Presidente da República possui iniciativa para apresentar proposta de emenda à Constituição.
- (C) poderá ser emendada na vigência da intervenção federal no Estado Alfa, mas o Presidente da República não possui iniciativa para apresentar proposta de emenda à Constituição.
- (D) não poderá ser emendada na vigência da intervenção federal no Estado Alfa, salvo em caso de urgência e relevância, devidamente comprovadas.
- (E) não poderá ser emendada na vigência da intervenção federal no Estado Alfa.

40

Após robusta investigação realizada pelo Ministério Público, descobriu-se que o Governador do Estado Alfa teria desviado valores pecuniários no âmbito de um contrato administrativo celebrado com uma entidade privada, visando à aquisição de equipamentos para aparelhar, adequadamente, o sistema prisional estadual. Registre-se que o crime perpetrado tem relação com o exercício das funções por parte do agente político, existindo, ainda, contemporaneidade.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que o Governador do Estado Alfa será processado e julgado, na esfera criminal, junto ao

- (A) Tribunal de Justiça do Estado do Estado Alfa, de forma originária.
- (B) Superior Tribunal de Justiça, de forma originária.
- (C) juízo de primeira instância, em âmbito estadual.
- (D) Supremo Tribunal Federal, de forma originária.
- (E) juízo de primeira instância, em âmbito federal.

Noções de Direito Administrativo

41

Determinado policial penal permaneceu um dia inteiro cumprindo uma ordem legal emitida por Lucas, seu superior, com o objetivo de organizar o trabalho na repartição pública.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que a expedição de ordens legais pelos superiores é uma manifestação do poder

- (A) regulamentar.
- (B) hierárquico.
- (C) normativo.
- (D) disciplinar.
- (E) de polícia.

42

A pessoa jurídica XYZ foi qualificada, em observância às formalidades legais, como organização da sociedade civil de interesse público, podendo celebrar parcerias com o Poder Público.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.790/1999, é correto afirmar que a pessoa jurídica XYZ é uma

- (A) organização partidária, que atua na promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais.
- (B) organização social, que atua na promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico.
- (C) associação privada, que atua na promoção da segurança alimentar e nutricional.
- (D) instituição religiosa, que atua na promoção da assistência social.
- (E) fundação pública, que atua na promoção do voluntariado.

43

O Estado Alfa celebrou um contrato administrativo com a sociedade empresária XYZ para a concessão de serviços públicos, envolvendo, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 11.079/2004, é correto afirmar que se está diante de uma parceria público-privada, na modalidade

- (A) patrocinada, que terá o prazo não inferior a cinco, nem superior a trinta e cinco anos, incluindo eventual prorrogação.
- (B) administrativa, que terá o prazo não inferior a cinco, nem superior a trinta e cinco anos, incluindo eventual prorrogação.
- (C) administrativa, que terá o prazo não inferior a cinco, nem superior a trinta e cinco anos, sem contar eventual prorrogação.
- (D) administrativa, que terá o prazo não inferior a cinco, nem superior a trinta anos, sem contar eventual prorrogação.
- (E) patrocinada, que terá o prazo não inferior a cinco, nem superior a trinta anos, incluindo eventual prorrogação.

44

Jonas, servidor público temporário do Estado Alfa, agindo com dolo, permitiu que o seu pai utilizasse, em uma obra particular, veículos pertencentes ao Poder Público e que, na verdade, deveriam servir ao transporte de presos por parte do sistema prisional. Registre-se que, em razão dos eventos, os automóveis foram severamente danificados.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que a conduta de Jonas

- (A) não caracteriza ato de improbidade administrativa, pois João não possui um vínculo permanente com o Estado Alfa.
- (B) caracteriza ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.
- (C) não caracteriza ato de improbidade administrativa, por ausência de previsão legal.
- (D) caracteriza ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.
- (E) caracteriza ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.

45

A diretoria executiva da sociedade empresária XYZ procurou o auxílio de um advogado, para se inteirar sobre a possibilidade de celebração de um acordo de leniência com o Poder Público, em razão da descoberta, por parte do Estado, de um grande esquema envolvendo fraudes em licitações e contratações públicas com a participação da entidade privada.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 12.846/2013, analise as afirmativas a seguir:

- I. A celebração do acordo de leniência reduzirá em até cinquenta por cento o valor da multa aplicável.
- II. O acordo de leniência não exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.
- III. A proposta de acordo de leniência se tornará pública tão logo seja ofertada pelo órgão ou entidade pública.
- IV. Em caso de descumprimento do acordo de leniência, a pessoa jurídica ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de cinco anos contados do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e IV, apenas.
- (E) II e III, apenas.

46

A Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

É correto afirmar que a Lei Geral de Proteção de Dados

- (A) não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares, ainda que com finalidade econômica.
- (B) se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivos de atividades de investigação e repressão de infrações penais.
- (C) não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivos de segurança do Estado e defesa nacional.
- (D) se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivamente jornalístico e artísticos.
- (E) se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivos de segurança pública.

47

O Estado Alfa pretende contratar o serviço de manutenção de veículos automotores, no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), em razão de avaria existente em diversos automóveis oficiais da Secretaria de Administração Penitenciária, responsável pelo transporte dos presos para a realização de audiências presenciais nos fóruns do ente federativo.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que a contratação

- (A) poderá ser realizada de forma direta, por ser hipótese de licitação dispensável.
- (B) poderá ser realizada de forma direta, por ser hipótese de licitação inexigível.
- (C) deverá ser precedida de licitação, na modalidade diálogo competitivo.
- (D) deverá ser precedida de licitação, na modalidade concorrência.
- (E) deverá ser precedida de licitação, na modalidade leilão.

48

Determinado agente público se deparou com processos administrativos no âmbito dos quais os interessados requereram prioridade na tramitação dos respectivos feitos.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 9.784/1999, analise as afirmativas a seguir:

- I. João, pessoa saudável, com 60 (sessenta) anos de idade, não tem direito à tramitação prioritária do processo administrativo.
- II. Maria, pessoa com deficiência física, tem direito à tramitação prioritária do processo administrativo.
- III. Joana, pessoa saudável com um filho de 04 (quatro) anos de idade, tem direito à tramitação prioritária do processo administrativo.
- IV. Luiz, pessoa com tuberculose ativa, não tem direito à tramitação prioritária do processo administrativo.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e IV, apenas.

Noções de Direito Penal

49

João conduzia um veículo elétrico, ocasião em que foi parado por policiais militares que realizavam fiscalização de rotina. Durante a abordagem, o condutor acabou confessando que a placa de identificação do automóvel teria sido adulterada, no dia anterior, por um colega. Disse e comprovou, ainda, que a conduta se deu, apenas, para que ele e seu amigo não fossem multados por excesso de velocidade, inexistindo, na conduta perpetrada, qualquer finalidade comercial ou industrial.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que João

- (A) não responderá por qualquer crime, pois a legislação criminaliza a conduta de adulterar sinal identificador de veículo automotor, não abrangendo os veículos elétricos.
- (B) não responderá por qualquer crime, pois a adulteração se limitou à placa de identificação, não englobando o número de chassi do automóvel.
- (C) não responderá por qualquer crime, por não ter sido o responsável pela adulteração da placa de identificação do veículo elétrico.
- (D) responderá pelo crime de adulteração de sinal identificador de veículo, sem qualificadoras ou causas de aumento de pena.
- (E) responderá pelo crime de adulteração de sinal identificador de veículo, na modalidade qualificada.

50

Lucas, em cumprimento de pena em uma unidade prisional no Estado da Bahia, ofereceu vantagem patrimonial indevida ao policial penal Luiz, mais especificamente R\$ 2.000,00 (dois mil reais), para que o último, no exercício de suas funções, deixasse um carregamento de material entorpecente ingressar no estabelecimento prisional.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Lucas responderá pelo crime de

- (A) corrupção passiva, na modalidade consumada.
- (B) corrupção ativa, na modalidade consumada.
- (C) corrupção passiva, na modalidade tentada.
- (D) prevaricação, na modalidade tentada.
- (E) peculato, na modalidade consumada.

51

João, reincidente em crime doloso, foi condenado definitivamente, pela prática do crime de roubo simples, a uma pena final de 04 anos e 08 meses de reclusão e 11 dias-multa, sendo certo que todas as circunstâncias judiciais são neutras. Registre-se, ainda, que o acusado respondeu ao processo penal em liberdade.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que João iniciará o cumprimento de pena no regime

- (A) semiaberto, admitida a progressão de regime.
- (B) semiaberto, vedada a progressão de regime.
- (C) fechado, admitida a progressão de regime.
- (D) aberto, admitida a progressão de regime.
- (E) fechado, vedada a progressão de regime.

52

Caio, em cumprimento de pena em uma unidade prisional no interior do Estado da Bahia, agindo com dolo de matar, efetuou dois golpes de arma branca em detrimento de João, policial penal que se encontrava de plantão no sistema prisional por ocasião dos eventos. Muito embora tenha sido socorrido, o agente público faleceu a caminho do hospital.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Caio responderá pelo crime de

- (A) lesão corporal seguida de morte, majorada por ter sido praticada contra integrante do sistema prisional no exercício da função.
- (B) homicídio qualificado, por ter sido praticado contra integrante do sistema prisional no exercício da função.
- (C) homicídio simples, majorado por ter sido praticado contra integrante do sistema prisional no exercício da função.
- (D) lesão corporal seguida de morte.
- (E) homicídio simples.

53

Matheus sequestrou Maria, que conta com 21 anos de idade e é filha de um grande empresário do Estado *Alfa*, com o fim de obter, para si, vantagem financeira como preço do resgate.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Matheus responderá pelo crime de

- (A) extorsão majorada, em razão da restrição da liberdade da vítima.
- (B) roubo majorado, em razão da restrição da liberdade da vítima.
- (C) extorsão mediante sequestro.
- (D) extorsão indireta.
- (E) extorsão.

54

Jonas ingressou no domicílio de Maria, sua vizinha, e a constrangeu, mediante grave ameaça consubstanciada no emprego de uma faca, a com ele praticar conjunção carnal. Registre-se que, no momento do crime, Maria era uma adolescente saudável física e psicologicamente, contando com 15 (quinze) anos de idade.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Jonas responderá pelo crime de

- (A) estupro de vulnerável.
- (B) importunação sexual.
- (C) assédio sexual.
- (D) rufianismo.
- (E) estupro.

Noções de Direito Processual Penal

55

Considerando as normas aplicáveis às testemunhas, analise as afirmativas a seguir:

- I. As perguntas serão formuladas pelas partes diretamente à testemunha, não admitindo o juiz aquelas que puderem induzir a resposta, não tiverem relação com a causa ou importarem na repetição de outra já respondida.
- II. O juiz não permitirá que a testemunha manifeste suas apreciações pessoais, salvo quando inseparáveis da narrativa do fato.
- III. As testemunhas serão inquiridas cada uma de per si, de modo que umas não saibam nem ouçam os depoimentos das outras, devendo o juiz adverti-las das penas cominadas ao falso testemunho.
- IV. O depoimento será prestado oralmente, não sendo permitido à testemunha trazê-lo por escrito, nem tampouco realizar breves consultas a apontamentos.

Segundo as disposições do Código de Processo Penal, está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) I, III e IV, apenas.

56

João responde, em juízo, pela suposta prática do crime de roubo circunstanciado, sujeito ao procedimento comum ordinário. Na data designada para a audiência de instrução e julgamento, estão presentes o juiz, o representante do Ministério Público, o acusado, acompanhado do seu advogado, além da vítima e das testemunhas arroladas pelas partes.

De acordo com a narrativa e considerando as normas aplicáveis ao procedimento comum ordinário, analise as afirmativas a seguir:

- I. Na instrução poderão ser inquiridas até oito testemunhas arroladas pela acusação e oito pela defesa.
- II. As provas serão produzidas numa só audiência, podendo o juiz indeferir as consideradas irrelevantes, impertinentes ou protelatórias.
- III. As partes não poderão desistir da inquirição de qualquer das testemunhas que tenham comparecido à audiência.
- IV. Na audiência de instrução e julgamento, proceder-se-á à tomada de declarações do ofendido, à inquirição das testemunhas arroladas pela defesa e pela acusação, nesta ordem, passando-se, por fim, ao interrogatório.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

57

Mário, após responder à ação penal em liberdade, foi condenado, definitivamente, pela prática do crime de roubo circunstanciado, iniciando o cumprimento da pena em regime fechado. Durante a execução penal, o apenado vem trabalhando diariamente, em observância à legislação de regência.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 7.210/1984, é correto afirmar que Mário

- (A) tem direito à detração, à razão de um dia de pena a cada dois dias de trabalho.
- (B) tem direito à remição, à razão de um dia de pena a cada três dias de trabalho.
- (C) tem direito à detração, à razão de um dia de pena a cada três dias de trabalho.
- (D) não tem direito à remição, pois o trabalho é um dever do apenado.
- (E) não tem direito à detração, pois o trabalho é um dever do apenado.

58

João foi condenado, definitivamente, pela prática de um determinado crime patrimonial. No curso da execução da pena, o seu advogado requereu, ao juízo responsável pela execução penal, a saída temporária de João para frequentar curso supletivo profissionalizante, sendo certo que o pedido foi indeferido. Irresignada, a defesa do apenado pretende recorrer da decisão prolatada.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal e da Lei nº 7.210/1984, é cabível a interposição

- (A) do recurso em sentido estrito.
- (B) da carta testemunhável.
- (C) do agravo em execução.
- (D) do recurso inominado.
- (E) da apelação.

59

João, Caio e Maria cumprem pena, após condenação definitiva na esfera processual penal, em regime aberto. A Defensoria Pública, durante a execução penal, requereu ao juízo competente que os três apenados sejam beneficiados com o cumprimento das sanções penais em suas residências particulares. Para tanto, a defesa afirmou e comprovou que: i) João tem 65 (sessenta e cinco) anos de idade; ii) Caio está acometido de doença grave; iii) Maria é gestante. Registre-se, por fim, que inexistente qualquer problemática afeta à ausência de vagas no regime aberto.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 7.210/1984, admite-se o recolhimento de

- (A) Maria em residência particular, mas o benefício não extensível aos apenados João e Caio.
- (B) Caio e Maria em residência particular, mas o benefício não extensível ao apenado João.
- (C) João e Caio em residência particular, mas o benefício não extensível à apenada Maria.
- (D) João e Maria em residência particular, mas o benefício não extensível ao apenado Caio.
- (E) João, Caio e Maria em residência particular.

60

No curso de uma ação penal em que se apura a prática de um crime patrimonial, a defesa técnica do acusado requereu a instauração de um incidente de insanidade mental, inexistindo qualquer oposição por parte do Ministério Público.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é **incorreto** afirmar que

- (A) se os peritos concluírem que o acusado, ao tempo da infração, era, por doença mental, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, o processo permanecerá suspenso, até que ele se restabeleça.
- (B) o juiz nomeará curador ao acusado, quando determinar o exame, ficando suspenso o processo, pois já iniciada a ação penal, salvo quanto às diligências que possam ser prejudicadas pelo adiamento.
- (C) o incidente da insanidade mental processar-se-á em auto apartado, que só depois da apresentação do laudo, será apenso ao processo principal.
- (D) se não houver prejuízo para a marcha do processo, o juiz poderá autorizar sejam os autos entregues aos peritos, para facilitar o exame.
- (E) o exame não durará mais de quarenta e cinco dias, salvo se os peritos demonstrarem a necessidade de maior prazo.

61

Considerando as características do regime disciplinar diferenciado, analise as afirmativas a seguir:

- I. Entrevistas sempre monitoradas, inclusive aquelas com a defesa técnica, em instalações equipadas para impedir o contato físico e a passagem de objetos, salvo expressa autorização do diretor do estabelecimento em contrário.
- II. Participação em audiências judiciais preferencialmente de forma presencial, nas dependências do fórum, garantindo-se a participação do defensor no mesmo ambiente do preso.
- III. Duração máxima de até dois anos, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave de mesma espécie.
- IV. Fiscalização do conteúdo da correspondência.

Segundo as disposições da Lei nº 7.210/1984, é característica do regime disciplinar diferenciado o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

62

No curso de uma ação penal em andamento, com denúncia recebida, o Ministério Público requereu ao juízo competente a decretação da prisão de Caio, argumentando e comprovando que há risco concreto à ordem pública caso o acusado permaneça em liberdade, sendo certo que ele teria praticado, quarenta dias atrás, um crime doloso punido com pena privativa de liberdade máxima superior a quatro anos. O juízo, então, decretou a prisão de Caio.

Considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que Caio foi preso

- (A) administrativamente, sendo certo que o órgão emissor da decisão deverá revisar a necessidade da prisão a cada sessenta dias.
- (B) preventivamente, sendo certo que o órgão emissor da decisão deverá revisar a necessidade da prisão a cada noventa dias.
- (C) em flagrante, sendo certo que o órgão emissor da decisão deverá revisar a necessidade da prisão a cada trinta dias.
- (D) administrativamente, sendo certo que o acautelamento provisório tem o prazo máximo de sessenta dias.
- (E) em flagrante, sendo certo que o acautelamento provisório tem o prazo máximo de trinta dias.

Legislação Extravagante

63

Considerando os princípios do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad), analise as afirmativas a seguir:

- I. A promoção da integração entre as políticas de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas e de repressão à sua produção não autorizada e ao tráfico ilícito e as políticas públicas setoriais dos órgãos do Poder Executivo da União, Distrito Federal, Estados e Municípios.
- II. A promoção dos valores éticos, culturais e de cidadania do povo brasileiro, reconhecendo-os como fatores de proteção para o uso indevido de drogas e outros comportamentos correlacionados.
- III. O respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, especialmente quanto à sua autonomia e à sua liberdade.
- IV. O respeito à diversidade e às especificidades populacionais existentes.

Considerando as disposições da Lei nº 11.343/2006, é princípio do Sisnad o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) I, II e III, apenas.
- (E) II, III e IV, apenas.

64

João, policial penal, tomou conhecimento de que Caio, condenado pela prática de um crime hediondo, deu entrada, para cumprir pena, na unidade prisional onde está trabalhando.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.072/1990, é correto afirmar que Caio foi condenado pelo crime de

- (A) roubo qualificado pelo resultado morte.
- (B) constrangimento ilegal.
- (C) apropriação indébita.
- (D) falsidade ideológica.
- (E) prevaricação.

65

Caio, agente público no Município *Alfa*, armazenou em seu computador, agindo de forma dolosa, pequena quantidade de vídeos que continham cenas de sexo explícito envolvendo adolescentes, mas acabou sendo descoberto por ocasião do cumprimento de um mandado de busca e apreensão no seu domicílio. Em sede policial, verificou-se que a função pública exercida por Caio não teve qualquer relação com o crime perpetrado.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.069/1990, é correto afirmar que Caio responderá pelo crime de armazenar vídeo que contenha cena de sexo explícito envolvendo adolescente

- (A) na modalidade qualificada, por ser agente público, e com a incidência de uma causa de diminuição de pena, em razão da quantidade do material apreendido.
- (B) com a incidência de uma causa de diminuição de pena, em razão da quantidade do material apreendido.
- (C) na modalidade simples, sem qualificadoras, causas de aumento ou causas de diminuição de pena.
- (D) com a incidência de uma causa de aumento de pena, por ser agente público.
- (E) na modalidade qualificada, por ser agente público.

66

Daniel, policial penal, resolveu estudar a temática afeta à educação no sistema prisional, por acreditar tratar-se de medida adequada de ressocialização.

De acordo com a narrativa e considerando as diretrizes de educação do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, analise as afirmativas a seguir:

- I. A gestão da educação no contexto prisional deve permitir parcerias com outras áreas de governo, universidades e organizações da sociedade civil, com vistas à formulação, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas de estímulo à educação nas prisões.
- II. As autoridades responsáveis pelos estabelecimentos penais devem propiciar espaços físicos adequados às atividades educacionais (salas de aula, bibliotecas, laboratórios, etc), integrar as práticas educativas às rotinas da unidade prisional e difundir informações incentivando a participação do(a)s preso(a)s e internado(a)s.
- III. A Direção dos estabelecimentos penais deve permitir que os documentos e materiais produzidos pelos Ministérios da Educação e da Justiça, Secretarias Estaduais de Educação e órgãos responsáveis pela Administração Penitenciária, que possam interessar aos educadores e educandos, sejam disponibilizados e socializados.
- IV. Devem ser elaboradas e priorizadas estratégias que possibilitem a continuidade de estudos para os egressos, articulando-as com entidades que atuam no apoio dos mesmos – tais como patronatos, conselhos e fundações de apoio ao egresso e organizações da sociedade civil.

Nesse cenário, considerando as disposições da Resolução nº 03/2009 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, que versa sobre diretrizes de educação, está correto o que se afirma em

- (A) II, III e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

67

A Portaria Interministerial nº 1, de 02 de janeiro de 2014 instituiu a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Segundo as disposições da Portaria Interministerial MS/MJ nº 1/2014, é um objetivo específico da PNAISP a

- (A) atenção integral resolutiva, contínua e de qualidade às necessidades de saúde da população privada de liberdade no sistema prisional, com ênfase em atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais.
- (B) valorização de mecanismos de participação popular e controle social nos processos de formulação e gestão de políticas para atenção à saúde das pessoas privadas de liberdade.
- (C) corresponsabilidade interfederativa quanto à organização dos serviços segundo a complexidade das ações desenvolvidas, assegurada por meio da Rede Atenção à Saúde no território.
- (D) promoção das relações intersetoriais com as políticas de direitos humanos, afirmativas e sociais básicas, bem como com as da Justiça Criminal.
- (E) promoção de iniciativas de ambiência humanizada e saudável com vistas à garantia da proteção dos direitos dessas pessoas.

68

Determinado órgão público, em observância às suas atribuições legais, vem colaborando com as unidades federativas para a realização de cursos de formação de pessoal penitenciário e de ensino profissionalizante do condenado e do internado.

Considerando as disposições da Lei nº 7.210/1984, é correto afirmar que a referida atribuição pertence

- (A) ao Departamento Penitenciário Nacional.
- (B) ao Conselho da Comunidade.
- (C) ao Conselho Penitenciário.
- (D) à Defensoria Pública.
- (E) ao Patronato.

69

Considerando as disposições da Lei nº 13.675/2018, analise as afirmativas a seguir:

- I. As políticas públicas de segurança não se restringem aos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), pois devem considerar um contexto social amplo, com abrangência de outras áreas do serviço público, como educação, saúde, lazer e cultura, respeitadas as atribuições e as finalidades de cada área do serviço público.
- II. A União instituirá Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, destinado a articular as ações do poder público, que terá duração de cinco anos, a contar de sua publicação.
- III. As ações de repressão à criminalidade devem ser consideradas prioritárias na elaboração do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social.
- IV. O poder público deverá dar ampla divulgação ao conteúdo das Políticas e dos Planos de segurança pública e defesa social.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e IV, apenas.
- (E) II e III, apenas.

70

Mário, policial penal no Estado da Bahia, com comprovada capacidade técnica e de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, atua em regime de plantão no estabelecimento prisional XYZ, localizado no Município Alfa.

Registre-se que o agente público está:

- I. submetido a regime de dedicação exclusiva;
- II. sujeito à formação funcional, nos termos legais;
- III. subordinado a mecanismos de fiscalização e de controle interno.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 10.826/2003, é correto afirmar que Mário poderá portar arma de fogo

- (A) de propriedade particular ou fornecida pela instituição a que pertence, mesmo fora de serviço, desde que haja autorização específica do Diretor do estabelecimento prisional onde atua.
- (B) fornecida pela instituição a que pertence, mesmo fora de serviço, mas adstrito ao Município Alfa, onde atua, vedado o porte de arma de fogo de propriedade particular.
- (C) fornecida pela instituição a que pertence, mesmo fora de serviço, mas adstrito ao Estado da Bahia, vedado o porte de arma de fogo de propriedade particular.
- (D) de propriedade particular ou fornecida pela instituição a que pertence, vedado o porte fora de serviço.
- (E) de propriedade particular ou fornecida pela instituição a que pertence, mesmo fora de serviço.

71

João, policial penal, agindo com dolo, incorporou, ao seu patrimônio, bens integrantes do acervo patrimonial do Estado Alfa. Com a descoberta dos fatos, o Ministério Público ingressou com uma ação de improbidade administrativa em seu desfavor. Preocupado, João entrou em contato com o seu advogado, que lhe prestou os devidos esclarecimentos.

De acordo com a narrativa e considerando as normas aplicáveis à improbidade administrativa, analise as afirmativas a seguir:

- I. Será assegurado, ao réu João, o direito de ser interrogado sobre os fatos de que trata a ação, e a sua recusa ou o seu silêncio não implicarão confissão.
- II. Em caso de sentença de improcedência em benefício de João, não se aplicará o instituto do reexame obrigatório.
- III. Em caso de condenação na ação de improbidade administrativa, João estará sujeito às penas de perda dos bens acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública, cassação dos direitos políticos e pagamento de multa civil equivalente ao valor do acréscimo patrimonial.
- IV. A ação de improbidade administrativa prescreve em cinco anos, contados a partir da ocorrência do fato praticado por João.

Considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) III e IV, apenas.

72

Joana foi condenada, definitivamente, pela prática do crime de tráfico de drogas e de associação para o tráfico, iniciando o cumprimento da sanção que lhe fora imposta. Desta forma, o seu advogado a orientou sobre os padrões mínimos para a assistência material do Estado à pessoa privada de liberdade.

Considerando as disposições da Resolução nº 04/2017 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, é **incorreto** afirmar que

- (A) o quantitativo dos itens do enxoval e do uniforme, bem como suas características poderão ser alterados de acordo com as condições climáticas da região geográfica onde se encontra a Unidade Prisional e de acordo com as condições de gênero, patologias e especialmente existência transitória de mulheres gestantes, nutrizes, bebês e crianças.
- (B) em unidades prisionais que abriguem mulheres e, transitoriamente, mulheres gestantes, nutrizes, bebês e crianças, o fornecimento de itens de asseio, enxoval e uniforme deve respeitar a necessidade e a regularidade que a situação o exigir, incluindo kits com itens mínimos para a maternidade.
- (C) o vestuário e as roupas de cama deverão estar em bom estado de conservação e serão substituídos, no máximo, a cada dez dias, para fins de higienização, salvo os cobertores e os agasalhos de moletom, o casaco de lã e as luvas cuja substituição ocorrerá anualmente.
- (D) a escolha dos materiais dos itens a serem entregues à pessoa privada de liberdade na admissão prisional, e dos itens com reposição periódica, deve observar a segurança da pessoa privada de liberdade e dos profissionais que atuam na unidade prisional.
- (E) o par de tênis e o par de sandálias serão repostos quando o seu estado de conservação recomendar.

Direitos Humanos

73

A Constituição Federal de 1988 disciplina a forma de internalização dos tratados internacionais de direitos humanos. Sobre essa temática, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais;
- () Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte;
- () As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais precisam ser regulamentadas por lei ordinárias para ter aplicabilidade no caso concreto.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) F – F – V.
- (C) F – F – F.
- (D) V – V – F.
- (E) V – F – V.

74

As mulheres em situação de prisão têm demandas e necessidades muito específicas, portanto, para lidar com esta problemática foi instituído o marco normativo internacional das chamadas Regras de Bangkok – Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras.

Sobre essa temática, assinale a opção correta.

- (A) Mulheres presas deverão permanecer, na medida do possível, em prisões próximas ao seu meio familiar ou local de reabilitação social.
- (B) As regras de Bangkok foram publicadas no ano de 2010, portanto, até aquele momento não havia normativas reconhecendo direitos às mulheres privadas de liberdade.
- (C) A inobservância das regras previstas na referida normativa acarreta severas sanções ao Estado-parte, tendo em vista a força cogente dos tratados de direitos humanos.
- (D) O contato das mulheres presas com seus filhos deverá ser mediado e limitado, tendo em vista que a unidade prisional não é local adequado para a convivência de crianças.
- (E) As revistas pessoais, poderão ser conduzidas por funcionários que tenham sido devidamente treinados em métodos adequados, com a finalidade de resguardar a segurança do local.

75

Sobre o sistema interamericano de direitos humanos, assinale a opção correta.

- (A) É composto pela Corte internacional de direitos humanos, formada pelos Estados membros da Organização dos Estados Americanos (OEA).
- (B) A Convenção Americana sobre direitos humanos foi celebrada em 1969, oportunidade em que o Brasil aderiu sem reservas a este documento.
- (C) Cabe à Comissão Interamericana de direitos humanos estimular a consciência dos direitos humanos nos povos da América.
- (D) Apenas os cidadãos brasileiros poderão apresentar à Comissão petições que contenham denúncias ou queixas de violação desta Convenção pelo Estado brasileiro.
- (E) A Corte interamericana compor-se-á de onze juízes, nacionais dos Estados membros da OEA, sorteados dentre juristas de reconhecida competência em matéria de direitos humanos.

76

O artigo 5º da Constituição Federal (CF) apresenta um rol de direitos e deveres individuais e coletivos.

Sobre essa temática, assinale a opção correta.

- (A) Os tratados de direitos humanos firmados pelo Estado Brasileiro devem seguir o rito de aprovação da lei ordinária para ser exigível no território nacional.
- (B) Os direitos e garantias elencados no artigo 5º da CF são os únicos que podem ser exigidos pelos cidadãos brasileiros.
- (C) Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante, ressalvados os casos de imprescindível obtenção de confissão da prática de um crime.
- (D) A lei penal poderá retroagir, na hipótese em que for mais benéfica para o réu.
- (E) A ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático constitui crime de menor potencial ofensivo, cabível a aplicação de fiança.

77

O atual Programa Nacional de Direitos Humanos, PNDH-3, apresenta diretrizes, objetivos estratégicos e ações programáticas pelo Decreto federal nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009.

Acerca deste assunto, é correto afirmar que

- (A) a ideia de interação democrática entre Estado e sociedade civil decorre da necessidade de fortalecimento da democracia representativa, a partir da escolha de organizações idôneas.
- (B) o combate à desigualdade social deve considerar a promoção dos direitos de crianças e adolescentes, ressalvada as situações cuja responsabilidade é exclusiva de seus genitores.
- (C) a atual versão apresenta apenas três eixos orientadores: Interação democrática entre Estado e Sociedade Civil; Livre Mercado e Direito ao acesso tecnológico.
- (D) o Direito à Memória e à Verdade deve ser relativizado com a perspectiva de cada cidadão, que podem apresentar versões divergentes sobre a mesma época da história.
- (E) o Programa Nacional de Direitos Humanos possui como missão nortear as medidas governamentais em prol da defesa dos direitos humanos no Brasil.

78

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) – Resolução 217-A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948 constitui parâmetro mínimo para a proteção dos direitos humanos em âmbito mundial.

Sobre esse documento, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () A DUDH é o primeiro tratado internacional firmado pelo Brasil, o qual defendeu a sua aprovação na reunião da ONU.
- () Declara que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.
- () Todos os seres humanos nascem iguais em dignidade e direitos, portanto, todas as políticas afirmativas são ilegais.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – F.
- (B) F – F – V.
- (C) F – F – F.
- (D) V – V – F.
- (E) V – F – V.

79

As Nações Unidas oficializaram, em 22 de maio de 2015, a revisão das Regras Mínimas para o Tratamento de Presos.

Nesse contexto, assinale a opção correta.

- (A) A atual normativa é cumprida obrigatoriamente para a detenção de presos, desde sua adoção pelo Primeiro Congresso sobre Prevenção ao Crime e Tratamento de Infratores, em 1955.
- (B) A partir de 2015, as regras passaram a ser conhecidas como “Regras de Mandela”, com a finalidade de honrar o legado do ex-Presidente da África do Sul, Nelson Rolihlahla Mandela.
- (C) O confinamento solitário deve ser sempre utilizado em casos em que o preso apresente comportamento inadequado, com a devida autorização da autoridade competente.
- (D) As revistas íntimas vexatórias, incluindo o ato de despir e de inspecionar partes íntimas do corpo, devem, obrigatoriamente, ser feitas com a finalidade de evitar a entrada de objetos ilícitos na unidade prisional.
- (E) O uso de correntes, de imobilizadores de ferro ou de outros instrumentos de coação considerados inerentemente degradantes ou penosos deve ser utilizado com moderação.

80

A Convenção Americana de Direitos Humanos, conhecida como Pacto de San José da Costa Rica é o tratado regente do sistema interamericano de proteção dos direitos humanos, instituído pela OEA.

Sobre essa normativa, analise as afirmativas a seguir:

- I. O Brasil é parte da Convenção desde 1992, oportunidade em que promulgou o Decreto nº 678, de 06 de novembro daquele ano.
- II. O direito à vida é o núcleo essencial para a realização dos direitos humanos, pois caso não seja respeitado, todos os demais direitos carecem de sentido.
- III. As penas privativas de liberdade devem ter por finalidade essencial o legítimo exercício de vingança do Estado em nome da vítima.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Redação

Brasília, 29/12/2022 - O investimento em tecnologias e novos equipamentos têm contribuído para a redução da criminalidade do país, mas outra ação igualmente relevante é investir na saúde e bem-estar dos operadores de segurança pública. Com essa meta em vista, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) lançou, nesta quarta-feira (28/12) a Pesquisa Nacional sobre a Valorização do Profissional de Segurança Pública.

O estudo, realizado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp/MJSP) e Universidade de Brasília (UnB), levantou informações sobre saúde, segurança, valorização e qualidade de vida dos profissionais de segurança pública e defesa social de todo o país. Os resultados obtidos na pesquisa vão subsidiar o planejamento de políticas públicas que atendam aos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

Durante o período da pesquisa, mais de 145 mil policiais militares, civis, técnicos científicos, penais estaduais e federais, bombeiros militares, além de policiais rodoviários federais dos 26 estados e do Distrito Federal, responderam aos questionamentos feitos na pesquisa.

O texto acima destaca um tema que está na ordem do dia: a valorização do policial. A imprensa algumas vezes o mostra negativamente, assim como parte da sociedade... o que fazer para que o policial brasileiro assuma uma posição merecida de positivo destaque social? Redija um texto dissertativo-argumentativo, dizendo o que você pensa a respeito, sobretudo dando sugestões para a melhora do cenário, num texto de aproximadamente 30 linhas, em linguagem culta.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Realização

